

**O PLURALISMO DO(S)  
DESENVOLVIMENTO(S) OU AS PESSOAS  
NO CENTRO DA MUDANÇA**

Brígida Brito



# O PLURALISMO DO(S) DESENVOLVIMENTO(S) OU AS PESSOAS NO CENTRO DA MUDANÇA

Brígida Brito

*“(...) hoje estamos confrontados com uma atmosfera mental e existencial essencialmente dominada pela incerteza. Noções que pareciam absolutamente adquiridas tornam-se incertas, como por exemplo a ideia de progresso, que durante tanto tempo nos parecia uma evidência e sobre o qual (...) temos muitas dúvidas, interrogando-nos sobre os caminhos que devemos seguir para fazer avançar as comunidades humanas. Creio que esta atmosfera de incerteza tem uma razão interessante: hoje estamos muito mais sensíveis à complexidade (...) a ideia de complexidade está hoje presente em diversas ciências, significando que a realidade não pode ser reduzida a uma ou outra das suas componentes, ela tem uma tal densidade de variáveis que obriga a um pensamento sensível à complexidade.”*

Luis Moita<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

A concepção do desenvolvimento como processo de mudança tem vindo, desde há longas décadas, a ser objecto de revisionismo, em particular, tendo em consideração o enquadramento estrutural e conjuntural dos diferentes países que podem considerar-se em análise. Numa fase inicial, foram seguidas leituras economicistas e focadas no ideal de um progresso contínuo e ascendente tão próximo dos pressupostos associados ao desejado crescimento. Posteriormente, estas interpretações abriram um leque muito variado de possibilidades e oportunidades para a promoção da mudança chegando a análises interdisciplinares e multivariadas relacionando diferentes dimensões num contexto multiactuante. Com o tempo, a identificação e a distinção das diferentes áreas regionais aquando da promoção do desenvolvimento passaram a ser, mais do que consideradas, entendidas como relevantes face à diversidade de contextos, de percursos evolutivos e de resultados. Mas sobretudo tendo presente a importância da complexidade evidenciada pelos caminhos trilhados caso-a-caso. Tanto do ponto de vista teórico como prático registou-se uma crescente valorização da influência dos padrões culturais que caracterizam cada povo, que

---

<sup>1</sup> Moita, Luis (2009). “O papel social e político da Educação Ambiental na conservação da biodiversidade”.

In Brito, Brígida (coord). *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Gerpress: p. 137.

condicionam as suas decisões e as opções que se tomam. Mais ainda, percebe-se uma aceitação progressiva destas relações e o reconhecimento da sua importância, já que o passado mais ou menos recente, as características internas e as potencialidades locais representam contributos para o processo de mudança. A abordagem do desenvolvimento adquiriu uma progressiva consciência da complexidade inerente aos processos de mudança, definida pela incerteza, não apenas pelos elementos que integram o processo, mas sobretudo pelos resultados que se alcançam em determinado momento.

O interesse dos estudos sobre o desenvolvimento centra-se nesta complexidade que tão bem caracteriza a diversidade dos contextos sociais que sustentam a acção humana. O continente africano encerra esta complexidade. Por um lado, durante séculos recebeu uma longa influência externa decorrente de um pesado passado colonial e de uma conturbada evolução pós-colonial que, misturando-se com os padrões originais, indígenas e autóctones, permitiu criar sociedades do tipo mosaico, em que cada elemento cultural se encaixa em outros garantindo a riqueza da diversidade. Em muitos casos formaram-se sociedades crioulas e miscigenadas. Por outro lado, a autodeterminação dos povos assumida por lideranças próprias, mesmo que tardia, foi orientadora de processos de mudança marcados pela particularidade e pela especificidade, alcançando também uma multiplicidade de resultados e impactos. Esta diversidade reúne um espectro muito alargado de opções do foro político, económico, cultural, social e ambiental transformando África numa realidade multifacetada. Por esta razão, o continente africano é habitualmente considerado como um campo muito estimulante para o estudo e para a análise, sobretudo aquando da aplicação de modelos estratégicos que se deseja e pretende que sejam profícuos no alcance de uma mudança em prol do bem-estar das populações mais vulneráveis.

## 1. QUANDO O DESENVOLVIMENTO TEM DIFERENTES LEITURAS

*“Aqui em África, sinto-me portador de uma cultura muito europeia, o meu discurso é inevitavelmente eurocêntrico. No entanto, talvez possa ser útil (...) que uma pessoa algo exterior ao vosso universo (...) venha fazer algo que se pode comparar ao efeito de espelho, devolvendo-vos o reflexo daquilo que eu fui conseguindo captar”.*

Luis Moita<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Moita, Luís (2009). “O papel social e político da Educação Ambiental na conservação da biodiversidade”. In Brito, Brígida (coord). *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Gerpress: p. 137.

Independentemente das abordagens teóricas adoptadas para a fundamentação do processo de desenvolvimento, e das opções estratégicas definidas como mais eficazes, a mudança é o seu significado mais consensual. A primeira concepção em torno do processo de mudança surge associada ao carácter evolucionista, linear, positivo, contínuo, ascendente e, principalmente, progressista da História<sup>3</sup>. A tendência de ligar o desenvolvimento ao crescimento económico surgiu como natural e intuitiva tendo presente o período histórico que marcou esta conceptualização – os anos imediatamente posteriores à II Guerra Mundial. Nesta fase, os desejos de concretizar uma mudança auspiciosa, dependente dos modelos economicistas e de base industrial considerados os mais vantajosos para gerar riqueza, surgiram como evidentes. Todos estes pressupostos dependiam de uma transformação de mentalidades, requerendo uma alteração dos padrões de comportamento e dos valores de referência característicos de uma qualquer sociedade<sup>4</sup> (Amaro, 1990: 450; Brito, 2004: 20 e seguintes).

Estes modelos economicistas abriram caminho para uma também crescente tomada de consciência dos implícitos custos humanos e sociais, que se revelaram elevados para a generalidade das populações (Bairoch, 1988: 389; Dockès e Rosier, 1988: 119, 168 *apud* Brito, 2004: 21 e seguintes). Se, por um lado, este período foi potenciado pela mudança socioeconómica e política, por outro, fez emergir uma nova ética com transformação dos elementos referenciais e valorativos<sup>5</sup>. Este entendimento ficou associado a um conjunto de factores contextuais e históricos bem definidos (Amaro, 2004; Brito, 2004), entre os quais:

- A reconstrução económica europeia no período sequente à II Guerra Mundial fortemente centrada na concessão de incentivos à produtividade como meio de retomar os anteriores ritmos de crescimento;
- O dinamismo das economias do Norte e a procura, por parte dos países do Sul, de o seguir de forma incondicional, resultando em desenquadramentos vários por não se considerarem as características internas de cada caso, o contexto histórico-político e o enquadramento sociocultural local;

---

<sup>3</sup> Estas características são bem identificadas com o período que coincide com a criação das sociedades industriais nos séculos XVIII e XIX, vulgarmente identificadas com o modelo inglês por ter sido o pioneiro na valorização da abordagem desenvolvimentista centrada no crescimento económico. A esta fase denominou-se o “Século da História” (Dockès e Rosier, 1988: 43-45), expressão que claramente caracteriza o *ex-libris* da mudança socioeconómica progressista.

<sup>4</sup> Os padrões de comportamento referidos respeitam, na vertente económica, à forma de produzir e consumir, mas também aos modelos de poupança e de utilização do rendimento. Esta era a área da vida considerada prioritária para a promoção do desenvolvimento, sendo que todas as outras esferas da vida sentiriam estas evoluções a partir de processos de difusão no sentido de *spillover effect*. Neste sentido, parece evidente a orientação para o racionalismo, assim como o foco na ciência entendido como oportunidade para a invenção de técnicas e instrumentos e sequente inovação nos diferentes sectores produtivos.

<sup>5</sup> Poderiam referir-se diferentes referências teóricas que fundamentam os novos valores e ideais – Auguste Comte, Max Weber, Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes, John Locke, David Hume (Brito, 2004: 20).

- O padrão de tensão internacional definido e caracterizado pela guerra fria, que estabelecia uma oposição aparentemente incontornável entre o leste e o oeste, condicionando os apoios ao desenvolvimento concedidos aos países do Sul;
- A multiplicação de movimentos pró-independentistas e de pendor nacionalista assumidos pelos países emergentes do Sul como a via para o desejado desenvolvimento económico, preocupações desde logo evidenciadas na Conferência de Bandung e em todos os eventos promovidos no âmbito da denominada década do desenvolvimento nos anos 60 do século XX;
- A ideologia dominante, que resultou da Segunda Guerra Mundial, favorável ao progresso e à paz entre os povos, e que ficou plasmada em declarações internacionais.

Se o objectivo do desenvolvimento esteve desde o início relacionado com a problemática do crescimento económico também é verdade que surgiu associado a preocupações nacionalistas. A independência política era entendida como o ponto de partida para o desenvolvimento económico, o que pressupunha a necessária constituição do Estado-Nação. Também em resultado da concepção paradigmática do modelo do Estado, nesta fase foram priorizados os princípios eurocêntricos, característicos das teorias economicistas do desenvolvimento. Ao crescimento económico associavam-se ideais materiais de riqueza e progresso, condições mais do que necessárias para melhorar as condições de vida das populações (Arndt, 1987: 13), em particular das mais vulneráveis.

A diversidade teórica marcou as preocupações do desenvolvimento e tal como o conceito era perspectivado numa fase inicial, a emergência de novas leituras foi profícua, sendo inegável o peso das abordagens economicistas e convencionais<sup>6</sup>. Análises que, em tudo, se apoiavam em pressupostos conceptuais pré-formatados às sociedades ditas desenvolvidas, industrializadas e aptas para a acumulação e geração de riqueza (Amaro, 2004 *apud* Brito, 2004: 22), tais como: o industrialismo; o tecnologismo; o produtivismo; o consumismo – ainda presentes em outros *ismos*, ou neles sustentados, tais como o individualismo, o racionalismo, o etnocentrismo e o urbanismo. Em todos é possível rever o carácter mítico do desenvolvimento que se pretende sempre igual, acreditando-se que é conseguido mediante a implementação de modelos estratégicos-tipo.

---

<sup>6</sup> De referir e destacar algumas abordagens teóricas que ora coincidiram no tempo, ora se sucederam: os neoclássicos e a insuficiência do capital, os neo-Keynesianos, os estruturalistas económicos, os marxistas ortodoxos, o etapismo linear de Rostov, os teóricos da modernização, os dependentistas, as abordagens do sistema-mundo.

Com o tempo, também as abordagens teórico-conceptuais centradas no desenvolvimento evoluíram abrindo possibilidades diversas nas concepções e nos modelos estratégicos propostos. É certo que a anterior preocupação com o crescimento não desapareceu, mas a perspectiva do desenvolvimento concebido como um processo que requer a interligação entre diferentes dimensões começou a fazer sentido, em grande medida a partir da década de 90 do século XX. Numa fase intercalar, o entendimento do desenvolvimento como processo multidimensional representou uma inovação na abordagem permitindo colocar a par as dimensões económica, política, social, cultural, ambiental, mas também a perspectiva endógena e externa. Assim, novas questões passaram a estar enquadradas na mudança, associando-se a ecologia à economia, relação presente e tão bem explicitada no conceito de ecodesenvolvimento<sup>7</sup> e ainda, posteriormente, a articulação entre áreas indissociáveis como o ambiente, a economia e as pessoas. A preocupação crescente tanto com a durabilidade dos efeitos da mudança como com a solidariedade intergeracional, ou ainda a multidimensionalidade, permitindo recriar abordagens no sentido da sustentabilidade<sup>8</sup>, é evidenciada.

A década de 90 do século XX passa a ser definida pela transição dos modelos estratégicos orientados para o desenvolvimento, o que, em resultado da evolução teórica, implica um olhar plural dada a diversidade de opções: é a fase em que de uma forma construtiva se define a Humanidade como todos diferentes, todos iguais, ou ainda todos iguais na diferença. Diferentes nos traços que caracterizam a população de distintas regiões do Mundo, nos elementos naturais e paisagísticos, na disponibilidade de recursos, nas formas de produzir e consumir, nas relações de poder estabelecidas e instituídas, nas formas de conceber o desenvolvimento e de entender a representação do bem-estar, mas iguais nos direitos de os alcançar. A oportunidade de considerar novas formas de efectivar o desenvolvimento abriu o campo para a reflexão, definição de modelos

---

<sup>7</sup> O conceito de Ecodesenvolvimento resultou de uma evolução conceptual inicialmente introduzida por Karl William Kapp em torno da discussão dos pressupostos da economia ecológica e da ecologia política dando origem ao termo ecossocioeconomia (1970), seguindo-se a participação e o envolvimento de Maurice Strong na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (1972) e a apresentação do livro de Ignacy Sachs *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. A complementar as preocupações com o crescimento sem pôr em causa o equilíbrio ecológico, Ernst Schumacher apresenta o livro *Small is beautiful. A study of economics as if people mattered* (1973).

<sup>8</sup> O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi formalmente apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Relatório Brundtland, *Our Common Future* (1987) como o processo que permite satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

estratégicos e sequente implementação para que as concepções apresentadas pelas abordagens alternativas<sup>9</sup> – porque não convencionais – fossem de facto consideradas.

À medida que o tempo foi passando, as iniciativas tendentes à promoção do desenvolvimento foram ganhando forma, mas ainda assim, na generalidade dos casos, os resultados revelaram-se pouco animadores e longe do inicialmente planeado. O Sul manifestou-se múltiplo na diversidade, nas características locais, seja do ponto de vista social, cultural, ambiental, económico ou relacionado com as relações de poder instituídas ou assumidas. A concepção do Estado-Nação seguindo a imagem ocidental, vulgo eurocêntrica, fundamentada no sistema político democrático nem sempre foi aceite de forma simples, imediata ou automática como se de uma evidência se tratasse. Em muitos países, nomeadamente africanos, o poder tradicional, sob a forma das ancestrais *autoridades tradicionais*<sup>10</sup> perpetuou-se sem ligação imediata ao poder central do Estado. Com o tempo, o acesso aos recursos naturais rentáveis, o seu controle e a capacidade de utilização ou transformação revelaram-se frágeis, assim como as oportunidades económicas de rentabilização e acumulação de riqueza. Estes Estados permaneceram particularmente dependentes de actividades do sector primário com destaque para uma produção agrícola nem sempre planeada, localmente vocacionada para o consumo familiar com excedentes limitados e sem evidenciar capacidade para uma inserção competitiva no mercado internacional. A dependência da natureza – seja dos ecossistemas, seja das espécies – foi uma realidade que se perpetuou até à actualidade e as práticas culturais ainda marcadas pelo misticismo e pelos rituais persistiram complementando as formas de produção económica e as relações com o poder político.

A partir do final dos anos 90 e início do século XXI, mais do que se considerar a categoria Sul, passou a fazer sentido a particularização da África Subsariana face a outras realidades regionais que também reúnem as especificidades próprias. Ainda assim, apenas esta região é caracterizada por uma multipli-

---

<sup>9</sup> Abordagens alternativas que valorizam o Ser Humano considerando-o no centro do desenvolvimento, envolvendo-se e participando, adquirindo poder para tomar as decisões que sejam consideradas mais adequadas. Em grande medida, estas são as perspectivas *from below*, ascendentes e integradas tão referidas por John Friedman no seu livro de referência *O Empowerment* (1992), David Korten ou outros autores. Trata-se das abordagens do desenvolvimento humano, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do desenvolvimento participativo, do desenvolvimento local, tendo como referências em Portugal José Manuel Henriques e Rogério Roque Amaro, do desenvolvimento comunitário.

<sup>10</sup> Este é o caso da Guiné-Bissau, um dos Estados que formalizou tardiamente a independência política, em 1974 após a auto-proclamação não reconhecida por Portugal em 24 de Setembro de 1973. Assumiu formalmente o sistema político democrático, ainda que o poder das autoridades tradicionais continuasse até ao século XXI a ter um papel efectivo em particular no meio rural. Este é um modelo de gestão tradicional, marcado pela ancestralidade e hierarquia associado à etnicidade, em que cada grupo étnico reconhece um *régulo*, o *conselho do regulado*, os *baloberos* e os *homens grandes*.



cidade de traços, o que ainda permite diferenciar os modelos de desenvolvimento no contexto da África Ocidental, da África Central, da África Austral ou da África Oriental. Da mesma forma, e face às particularidades dos territórios insulares, abordar o processo de mudança obriga ainda a uma revisão dos denominados Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento<sup>11</sup>, que não podem ser confundidos com a situação dos territórios continentais.

## 2. DEVOLVER A CAPACIDADE DE DECISÃO ÀS PESSOAS

*“(...) Tecnologia social de pequenos passos: atitude própria dos que persistem em agir em tempos de incerteza. A abordagem de experiências de desenvolvimento local é especialmente propícia para esta metodologia, ao permitir ensaiar com as comunidades os processos participativos de assumir estratégias e de apoderar-se dos seus rumos. É certo que a actualidade nos impõe responsabilidades globais para problemas globais, mas essa globalidade tem de manter um permanente diálogo com a pequena escala das comunidades humanas, pois é aí que se põem à prova as capacidades de mudança a partir da determinação colectiva das populações”*

Luís Moita<sup>12</sup>

Com a transição do século XX para XXI, as abordagens teórico-conceptuais do desenvolvimento adquiriram um inequívoco âmbito claramente humanista, porquanto enfatizado nas pessoas. O foco das acções orientadas para a mudança passou a estar centrado no Ser Humano, socialmente organizado em grupos comunitários territorialmente referenciados na dimensão local, ainda que persista de forma coexistente a esfera nacional e o contexto internacional<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> A este respeito, a análise do denominados *Small Island Developing States* (SIDS) obriga a uma revisão dos principais problemas, classificados na grande categoria do Síndrome dos Pequenos Estados Insulares – pequena dimensão, insularidade, distância em relação aos principais centros internacionais – o que limita naturalmente a tendência do desenvolvimento. Trata-se de Estados Nação de pequena dimensão que evidenciam dependência em relação ao exterior e incapacidade de ultrapassar autonomamente problemas estruturais. Paralelamente, em resultado da situação de insularidade, estes Estados sofrem de forma agravada o impactos dos efeitos das alterações climáticas por via da multiplicação de eventos climáticos extremos. Para mais detalhes, consulte Brito, B. (2001). “Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento”. in Sangreman, C. (org.) *O consenso internacional na luta contra a pobreza e a cooperação para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe*, Documento de Trabalho n° 62, CEsa. Lisboa: CEsa-ISEG, pp 25-35.

<sup>12</sup> Moita, Luís (2010). “Prefácio” in Brito, Brígida (coord). *Abrindo Trilhos, Tecendo Redes. Reflexões e Experiências de Desenvolvimento Local em contexto Lusófono*, Lisboa: Gerpress: p. 5

<sup>13</sup> À dimensão nacional é reconhecido o poder do Estado, muitas vezes mais orientador do que interventor, revelando-se inoperante na resolução de problemas sentidos pelas comunidades locais mais distanciadas, ou até isoladas, enquanto que a dimensão internacional é identificada com os actores, mecanismos e instrumentos de cooperação internacional que apoiam ora o Estado central, ora os grupos comunitários mais ou menos formalizados em associações, ou seja, uma sociedade civil com diferentes graus de intervenção pública.

O protagonismo do desenvolvimento assim considerado identifica-se com os actores locais e comunitários, deles partindo e neles se sustentando. Em última instância, são os membros das comunidades locais que vivenciam na primeira pessoa os problemas, que melhor conhecem as tradições e replicam as práticas culturais, muitas vezes identificadas com rituais incluindo de passagem, pelo que encerram um valor simbólico incomparável e insubstituível para o reforço do sentimento de pertença. É também nas comunidades locais que melhor – porque mais genuinamente – se encontra a *fronése*, do grego *phronesis*<sup>14</sup> no sentido Aristotélico da valorização da sabedoria enquanto virtude do pensamento prático: “a sabedoria ou compreensão prática viabilizadas pelo sentido intuitivo, que relaciona a educação, ou aprendizagem, com a noção de boa conduta (Jamal, 2004). O bem surge associado à ideia de justiça e esta relacionada com a adequação entre os princípios e as práticas” (Brito, 2009: 21).

O autoconhecimento tão bem apresentado por Aristóteles aplica-se ao pressuposto do desenvolvimento orientado para as pessoas. Nas perspectivas qualificadas de alternativas a mudança apenas se concretiza quando assenta numa base humana, comunitária, participativa – e participada – com envolvimento e perspectivando o longo prazo, ou seja, também equacionando a concepção da sustentabilidade.

Apesar de terem sido formalizados no final do século XX, os conceitos que se fundamentam em novas práticas e na busca do desenvolvimento, relacionam a dimensão da localidade (Syrett, 1995; Stöhr, 1990; Duncan, 1986) com os modelos participativos e o envolvimento dos grupos comunitários. É neste sentido que a dimensão territorial local ganha relevância: os problemas são identificados localmente pelas comunidades que com eles se confrontam no quotidiano, pelo que é na unidade territorial local que se procuram soluções e identificam prioridades. A valorização da dimensão territorial para o desenvolvimento foi reequacionada em diferentes momentos, ora atribuindo importância à satisfação de necessidades básicas, seguindo a inspiração da *the basic needs strategy*<sup>15</sup>, ora assumindo a base do processo de mudança a partir do reconhecimento das capacidades e aptidões das populações locais (Friedmann, 1992), mas também da atribuição de valor às potencialidades endógenas (Amaro, 1999; Syrett, 1995). Neste sentido, as populações locais passaram a ser consideradas como protagonistas ou actores interventivos em

---

<sup>14</sup> A *phronesis* apresentada no pensamento de Aristóteles através da ética é definida como a sabedoria prática traduzida na ação humana e presente na dialética aristotélica, ou seja, fundamentada no debate de ideias, permitindo a evolução do conhecimento entre a opinião do senso comum – *doxa* – e o conhecimento construído – *episteme* (Moita, 2009: 21 e seguintes).

<sup>15</sup> A denominada Estratégia das Necessidades Básicas sob coordenação do então Presidente do Banco Mundial, Robert McNamara.

vez de simples beneficiários das mudanças. Em 1992 John Friedmann introduziu mais um conceito conciliando as análises antes apresentadas: o *empowerment*, facilitador do reforço de competências comunitárias, seguindo critérios éticos de justiça, de inclusão e de equidade, tendo por objectivo a sustentabilidade. Seguindo todas estas perspectivas<sup>16</sup> e noções conceptuais, o desenvolvimento passou a implicar a atribuição de poder de decisão às populações locais, cabendo-lhes a possibilidade de fazer as escolhas que consideram mais adequadas entre diferentes opções<sup>17</sup>.

A análise do desenvolvimento com base na localidade passou a incluir a multidimensionalidade e a integração reunindo, de forma articulada e com uma base sistémica, as diferentes áreas da vida social, adquirindo uma complexidade até aqui não considerada porque também fundamentada na interdisciplinaridade. Assim, desde a identificação dos problemas até à intervenção em prol da sua resolução, passando pela a captação e mobilização dos recursos necessários, a complexidade tornou-se presente, ainda que o foco seja infranacional, territorialista e *from below* (Korten *apud* Brito, 2004), pressupondo proximidade da população em relação às carências, aos problemas e aos interesses locais, privilegiando o bem-estar das pessoas. O crescimento económico passa a ser entendido como uma dimensão do desenvolvimento, mas não o seu principal motor.

A partir do momento em que as pessoas, mediante a organização comunitária, passaram a estar directa e intrinsecamente no centro do processo de mudança, três princípios foram ressaltados (Korten *apud* Brito, 2004), nomeadamente:

1. a justiça equitativa, que garante que todos alcançam os critérios mínimos no que respeita às condições de vida;
2. a inclusão, que resulta do reconhecimento de que todos os indivíduos que pertencem a um grupo são intervenientes potencialmente activos, pelo que protagonistas no processo de mudança;
3. a sustentabilidade, que garante uma racional utilização dos recursos naturais por parte das comunidades com o foco no bem-estar tanto no presente como no futuro.

---

<sup>16</sup> Estas perspectivas surgem interligadas com o cepticismo herdado das abordagens teóricas economicistas que não angariaram mais do que fragilidade de resultados no que respeita à mudança, encarada a nível global. Nos países africanos a fragilidade de resultados foi ainda manifestamente condicionada pela vulnerabilidade dos contextos, nos quais a influência dos eventos históricos é frequentemente indicada como um elemento determinante para o insucesso.

<sup>17</sup> As análises de pendor economicista resultaram em oportunidades redutoras e simplistas pela excessiva atribuição da mudança ao modelo económico favorável ao crescimento e assente nos pressupostos do rendimento, investimento, aumentos de produtividade, redução de custos, repartição de riscos e lucro. As dimensões social, cultural, política e ambiental eram secundarizadas e concebidas como o resultado de processos de difusão dos benefícios a partir do incremento e da dinamização da economia (Brito, 2004).

De acordo com estes critérios, o desenvolvimento passou a estar associado ao pleno exercício da cidadania, pressupondo participação e envolvimento no sentido de um trabalho que se desenvolve em conjunto, no entendimento da parceria e com integração de todos mediante a adopção de uma metodologia de intervenção local recorrendo à proximidade.

O desenvolvimento pode, assim, ser definido a partir de um conjunto de elementos que, de acordo com Amaro<sup>18</sup> se fundamentam em identidades construídas, mas também em reconstrução, que estimulam e promovem a emergência de solidariedades comunitárias que, pela especificidade, particularizam caso a caso. É então um processo:

1. de mudança, o que implica transformação, não compatível com a manutenção do *status quo*, ou seja, a mudança é operada enquanto processo em continuidade;
2. centrado em comunidades territoriais, predominantemente de pequena dimensão, coincidindo com o ponto de partida para a mudança;
3. que procura responder a necessidades não satisfeitas, localmente sentidas e consideradas fundamentais;
4. que se fundamenta na mobilização das capacidades locais, reconhecendo e respeitando as potencialidades humanas e naturais;
5. que implica uma dinâmica própria característica das metodologias participativas radicadas no envolvimento efectivo dos membros da comunidade local;
6. que, sempre que necessário, recorre às capacidades exógenas, consideradas como catalizadoras que estimulam e potenciam os recursos locais;
7. que assume uma perspectiva integrada tanto dos problemas como das soluções;
8. que está associado ao princípio da parceria e da negociação, recorrendo ao estabelecimento e aprofundamento de redes promotoras, a longo prazo, do reforço identitário e da valorização endógena;
9. que promove efeitos de difusão, resultando na criação de impactos para toda a comunidade;
10. que se caracteriza pela diversidade de metodologias, de acções e de resultados.

De acordo com o exposto, o desenvolvimento adquiriu uma multiplicidade de possibilidades sendo plural tanto na concepção como na metodologia adoptada na prossecução da mudança. Para ser efectivo é um processo ajustado

---

<sup>18</sup> Palestra proferida no 1º Encontro Internacional de Desenvolvimento Local, São Tomé e Príncipe, Abril de 2009, sob o tema “O Desenvolvimento Local é desejável e possível em São Tomé e Príncipe?”.

à realidade que apresenta objectivos bem definidos que se procuram alcançar. Uma característica que parece ser consensual é requerer a participação e o envolvimento, seja a um nível macro, seja micro. A participação passa a ser entendida como um dever, mas também como o exercício de um direito que a nível mundial foi sendo conquistado passo a passo, não sendo ainda global nem entendido como uniforme em todo o Mundo. Esta participação pode ser efectivada de forma individual ou em grupo, mas é considerada como catalisadora de vontades, pelo que reúne várias vantagens (Brito, 2004), a saber:

- a proximidade e o imediatismo em relação aos problemas sentidos, facilitando a rápida e directa identificação de necessidades e a selecção eficaz dos meios considerados mais adequados;
- o entendimento de que a metodologia de intervenção apresenta complexidade por envolver de forma interrelacionada diferentes dimensões;
- a possibilidade de mobilizar diferentes capacidades humanas e *know how*, bem como de valorizar as potencialidades naturais e culturais;
- a criação e o reforço de parcerias com capacidade de intervenção diferenciada, com eventual estruturação em redes com impacto de longo prazo.

A complexidade do desenvolvimento pode ainda perceber-se pela identificação de limites ou dificuldades, entre as quais:

- a dificuldade em identificar parceiros credíveis;
- a limitada disponibilidade financeira que condiciona a operacionalização sustentável das mudanças, pondo em causa a continuidade das acções planeadas;
- o reduzido *know how* técnico associado à inexistência de inovação tecnológica adequada;
- a dificuldade em aceitar a temporalidade dos efeitos no longo prazo face à urgência das necessidades localmente sentidas e da vontade de obter benefícios no imediato, ou pelo menos a curto prazo.

Ainda que sujeitos a críticas pelos defensores das abordagens convencionais e de cariz economicista, os novos conceitos de desenvolvimento apresentam pistas que podem ser sistematizadas em “fileiras ou famílias conceptuais”, destacando-se a das pessoas e das comunidades, incluindo os Direitos Humanos, e a ambiental. Para a análise das fileiras, impõe-se a valorização da diversidade de casos, a opção do ideal participativo definido como estratégico na promoção da mudança, a prioridade reconhecida às pessoas, assim como a possibilidade de novos protagonismos, individuais ou colectivos, públicos, privados ou mistos, associativos no contexto da sociedade civil e a valorização da sustentabilidade nas suas múltiplas dimensões interactuantes.

Em última instância poderá considerar-se que a pluralidade e a complexidade da concepção do desenvolvimento enquanto processo de mudança transformador de modos de vida, de relacionamento interpessoal e de exercício do poder são plasmados nas ditas sociedades sustentáveis (Diegues, 1996; Pedrini, 2006). Uma sociedade sustentável é aquela que permite uma grande diversidade de modelos de organização social e de contextos, em que os grupos comunitários estabelecem contactos equilibrados e planeados com o ambiente, respeitando ecossistemas e biodiversidade, por reconhecerem o valor intrínseco dos espaços e das espécies. Para que sejam uma realidade, as sociedades sustentáveis assumem a responsabilidade social atribuída às comunidades. Aos membros dos grupos é transmitido um sentimento de responsabilização pela harmonia social e pela estabilidade, resultante de uma equilibrada convivência, ou seja, implicando um princípio de paz social.

Rogério Roque Amaro<sup>19</sup> introduz a lógica dos três Ps, em que a criação de sociedades sustentáveis implica a existência de Pessoas (coesão social), os Proveitos (economia) e o Planeta (ambiente). Paralelamente, podem equacionar-se outras dimensões, tais como a cultura (que engloba a diversidade e a interculturalidade), a coesão territorial, o conhecimento e a dimensão política. As sociedades sustentáveis são assim economicamente viáveis, coesas do ponto de vista social, estáveis na relação que estabelecem com o território, equilibradas na gestão ambiental e reguladas no que respeita a intervenção política. Os grupos comunitários são definidos como sociedades responsáveis, conceito desenvolvido por Lucie Sauvé (2005), que encerra uma dimensão de responsabilização dos diferentes actores envolvidos e que os caracteriza na assumpção da óptima gestão dos espaços naturais, dos quais dependem quotidianamente, e com os quais criam interdependências, bem como de outros recursos, espaços e relações.

A aplicação dos novos conceitos e princípios metodológicos a países da África Subsariana parece mais simples do que se poderia conceber aquando da conceptualização. As populações africanas assumem a complexidade antes descrita, evidenciada tanto pela diversidade étnica e cultural como pela forma como se relacionam no contexto comunitário, ainda que dependam de forma por vezes excessiva da natureza sem que exista a criação de uma estratégia adequada para gerar riqueza. Trata-se de populações que, de uma forma geral, apresentam vulnerabilidades, mas que partilham as dificuldades e os sucessos com o grupo. Se, por um lado, são populações que dependem de forma extrema da natureza

---

<sup>19</sup> Palestra proferida no dia 28 de Abril de 2009 na sessão paralela “Desafios da Cooperação Internacional para a criação de Sociedades Sustentáveis”, Dias do Desenvolvimento, IPAD.

e dos recursos disponíveis, por outro envolvem-se de forma tradicional, ancestral até, espontânea e solidária na resolução dos problemas que sentem. A colaboração intracomunitária marca o quotidiano sempre que as necessidades se fazem presentes. E ainda assim, a vulnerabilidade e a fragilidade são os traços mais referenciados sempre que se estudam países da África Subsariana.

## EM MODO DE SÍNTESE

*“O grande antropólogo francês, recentemente falecido, Claude Lévi-Strauss, publicou em 1952 em edição da UNESCO um pequeno e precioso livro, *Race et histoire*, onde faz um trabalho crítico sobre conceitos que usamos regularmente, tais como “progresso” ou “desenvolvimento”. Diz ele que, se o critério para aferir o desenvolvimento de um povo fosse a sua capacidade de sobrevivência em condições naturais adversas, então os esquimós das regiões árticas ou os beduínos do deserto seriam certamente os mais desenvolvidos...”*

Lúis Moita<sup>20</sup>

- A análise do tema do desenvolvimento permite identificar um conjunto muito alargado de abordagens realçando a pluralidade e a complexidade que caracterizam o tema. O protagonismo na condução do processo de mudança passou por readaptações até se centrar nas populações locais, valorizando as capacidades endógenas, priorizando a satisfação das necessidades sentidas pelas pessoas, assim como as potencialidades locais e regionais.
- O desenvolvimento passou a ser equacionado com base na conjugação de três contributos principais – a localidade, a participação, e a sustentabilidade, focando o desempenho na possibilidade de definir parcerias e formalizar redes de contactos com o sentido de uma responsabilização partilhada.
- Um olhar sobre a África Subsariana permite perceber a pluralidade necessária para que a mudança se possa operar num processo de criação que se faz longo e resiliente, mas com a esperança de que o futuro se constrói a partir do presente, sendo o presente a continuidade herdada do passado.

---

<sup>20</sup> Moita, Luís (2010). “Prefácio”. In Brito, Brígida (coord). *Abrindo Trilhos. Tecendo Redes. Reflexões e Experiências de Desenvolvimento Local em contexto Lusófono*. Lisboa: Gerpress: p. 5.

## Referências consultadas

- AMARO, R. R. (1991). *Métodos e etapas de elaboração de um plano de desenvolvimento regional e/ou local*. Lubango.
- AMARO, R. R. (2004). *Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação?* — Da teoria à prática e da prática à teoria. In *Cadernos de Estudos Africanos*, n° 4.
- AMARO, R. et al. (1999). *Análise das necessidades e das potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa perspectiva de criação de emprego e de desenvolvimento local*, Lisboa, PROACT e S.A.E./ISCTE.
- ARNDT, H. (1987). *Economic development, the history of an idea*. Chicago: The University of Chicago Press.
- BAIROCH, P. (1988). *Desenvolvimento / Subdesenvolvimento* in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 7, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BRITO, B. (2001). "Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento". in Sangreman, C (org.) *O consenso internacional na luta contra a pobreza e a cooperação para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe*, Documento de Trabalho n° 62, CESA. Lisboa: CESA-ISEG.
- BRITO, B. (2004). *Turismo Ecológico: uma via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, ISCTE (Tese de Doutoramento, ISBN: 978-989-8154-11-8).
- BRITO, B. (coord) (2009). "Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas. Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe". Lisboa: Gerpress (ISBN: 978989-96094-0-2).
- BRITO, B. (coord) (2010). "Abrindo trilhos. Tecendo redes: reflexões e experiências de desenvolvimento local em contexto lusófono". Lisboa: Gerpress (ISBN: 978-989-96094-2-6).
- DIEGUES, A. C. S. (1996). *Ecologia humana e planeamento em águas costeiras*. São Paulo: NUPAUB.
- DOCKÈS, P. e ROSIER, B. (1988). *L'Histoire Ambigue, croissance et développement en question*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DUNCAN, S. (1986). *What is locality?* Working paper, n° 51, Urban and Regional Studies, University of Sussex: Brighton.
- ESTEVA, G. et PRAKASH, M. S. (1997). *From global thinking to local thinking* in RAHNEMA, M. (1997) *The post-development reader*. London: Zed Books.
- FRIEDMANN, J. (1992). *Empowerment, the politics of alternative development*. Cambridge: Blackwell.



- KORTEN, D. (1992). *People-centered development: alternative for a world in crisis* in  
BAUZON, K. (1992) *Development and democratization in the third world: myths, hopes and realities*. New York: Crane Russak.
- MOITA, L. (2009). “O papel social e político da Educação Ambiental na conservação da biodiversidade”. In Brito, Brígida (coord). *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Gerpress.
- MOITA, L. (2010). “Prefácio” in Brito, Brígida (coord). *Abrindo Trilhos, Tecendo Redes. Reflexões e Experiências de Desenvolvimento Local em contexto Lusófono* Lisboa: Gerpress.
- PEDRINI, A. (2006). *Educação Ambiental para o Desenvolvimento ou Sociedade Sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina*. Educação Ambiental em Acção, n° 17 (ISSN 1678-0701).
- SAUVÉ, L. (2005). *Educação Ambiental: possibilidades e limitações, Educação e Pesquisa*, v. 31, n° 2, Maio-Agosto.
- STÖHR, W. (1990). *Global challenge and local response*. London: Mansell.
- SYRETT, St. (1995). *Local development*. Avebury: Ashgate Publishing Company.
- ZAPATA, T. et al. (2001). *Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos* in SILVEIRA, C.; REIS, L. (2001). *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro: RITS.

